



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE**

**DO EXERCÍCIO DE 2014**

**(realizada em 26.9.2014)**

**# Sinopse elaborada por:  
Kátia Regina Cercasin**



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

1

O vereador Mário Takahashi, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Londrina, deu início à Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre do Exercício 2014, em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o Controlador Geral do Município, senhor Hécio dos Santos; o Secretário Municipal de Planejamento, senhor Daniel Pelisson; o Secretário Municipal de Fazenda, senhor Paulo Bento; e o Controlador da Câmara Municipal de Londrina, senhor Wagner Vicente Alves. Inicialmente, passou-se à prestação de contas da Câmara Municipal de Londrina, feita pelo Controlador Wagner Vicente Alves. Posteriormente, a prestação de contas do Poder Executivo (material anexo) foi feita pelo senhor Paulo Bento, Secretário Municipal de Fazenda; pelo senhor João Carlos Barbosa Perez, Assessor da Secretaria Municipal de Fazenda; pelo senhor Hécio dos Santos, Controlador Geral do Município; pela senhora Clarice Junges, Assessora da Secretaria Municipal de Assistência Social; pelo senhor Daniel Pelisson, Secretário Municipal de Planejamento; e pela senhora Mara Maricato, Assessora da Secretaria Municipal de Planejamento; e pelo senhor Cláudio Rufino, da Diretoria de Orçamento. Encerradas as apresentações, o vereador Mário Takahashi (Presidente da Comissão de Finanças) deixou a palavra livre para questionamentos, que foram transcritos na íntegra:

**O senhor Rogério Peres (município)** – Bom dia, gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer alguns questionamentos. Meu nome é Rogério Peres, sou cidadão londrinense, há 54 anos eu moro aqui na cidade, sou nascido aqui, e meu avô foi um dos pioneiros daqui de Londrina, tinha um sítio aqui na Região Norte, e o questionamento que eu faço é com relação à questão dos gastos municipais. Não quero fazer nenhuma crítica pessoal a nenhum servidor, nem na pessoa dos secretários, que são pessoas, que nós sabemos, de lisura e competência. O que me traz aqui é o questionamento que eu tenho com os demais municípios sobre esta questão iminente do aumento do IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) para a população como um todo. E o que causa até surpresa foi a matéria que eu li hoje, do Presidente da Câmara, Rony Alves, com relação à evolução salarial dos servidores daqui da Câmara e ele faz um paralelo dizendo que os aumentos salariais do ano de 2004, até o ano de 2014, eles chegam em torno de mil por cento. O servidor que ganhava aqui dois mil reais, hoje eles estão ganhando na faixa de vinte mil reais. Não são minhas as informações, são do Presidente da Câmara. Então isso assusta o



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

2

munícipe, quando ele lê uma notícia dessa, ele fica se perguntando onde está realmente sendo destinado o orçamento do Município. A evolução que vocês apresentaram aqui se trata de um período específico de um ano que é o período da prestação de contas, o que se questiona é que há que se fazer uma evolução histórica maior, não sei se é objeto desta audiência pública, para demonstrar a evolução destes gastos. A população também não questiona a qualidade do servidor e nem a questão do seu direito ao reajuste salarial, o que não pode é a população ficar sabendo de uma matéria dessa e imaginar que dentro da Prefeitura, dentro da Câmara, e dentro da administração indireta, existe esse tipo de comportamento com relação à evolução com gastos de pessoal. Questiona-se também, vários munícipes já me questionaram, inclusive secretários desta administração, que eu não quero citar nomes, a questão da jornada de trabalho do servidor ser de seis horas. Os trabalhadores, em sua grande maioria, trabalham oito horas por dia. Então a população quer saber porque é que o servidor municipal, não sei se são todos, trabalham apenas seis horas por dia. Eu trouxe aqui uns dados desta administração com relação à CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização), a CMTU me parece que é mantida com recursos do Município, não sei se é isso senhor Presidente da Câmara, e o último acordo coletivo de trabalho firmado com a CMTU... Eu trouxe isso ao conhecimento de um vereador aqui, ele disse que isso está dentro da normalidade, nesse acordo coletivo foi concedido um reajuste salarial de 7,5% e um reconhecimento de uma diferença salarial que não foi concedida no período de 2000 a 2004, ou seja, no período que já está prescrito, de 31,40%. Então o que acontece, a folha de pagamento da CMTU, através desse acordo coletivo, ela vai ser majorada em 31,40% e diz aqui que será montado um cronograma de pagamento. Então, não sei se é de conhecimento dos senhores... Além disso, ela cria um adicional por tempo de serviço de um por cento ao ano, ela cria ou mantém um adicional de serviço externo, o servidor que trabalha na CMTU tem um adicional de vinte por cento de serviço externo. Ele tem um auxílio alimentação de R\$ 673,00 por mês, no mês de dezembro este auxílio alimentação é de R\$ 1.200,00. Ele tem isenção tarifária do transporte coletivo, auxílio funeral, seguro de vida, assistência médica. Ele pode se licenciar quinze dias para tratamento de saúde de membro da família. Veja bem, eu não estou questionando, de forma alguma, os direitos dos trabalhadores, a única coisa que a gente tem que ver é o seguinte: que os recursos públicos são limitados, extremamente limitados, e as necessidades são ilimitadas, então há que se ter parcimônia. A única coisa que eu vim



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014

3

questionar é com relação a isso, outra coisa que me questionaram, eu não sei se é verdade ou se é mentira, que tem servidora na Prefeitura que ganha R\$ 42.000,00, que muitos servidores ganham mais do que R\$ 15.000,00, e também o servidor, antes de aumentar o IPTU e outras taxas que foram aumentadas durante os anos, se questiona, pelo que foi demonstrado aqui, que a questão da caixa de aposentadoria do Município é uma questão que tem que ser discutida urgentemente, como ela vai ser mantida. Eu não sei se o servidor contribui com a caixa de aposentadoria, eu sei que no serviço público federal existe a contribuição. E pelo que foi passado aqui 50%, me parece, dos gastos, são com o funcionalismo público, ou cerca disso. Então, esse que o meu questionamento, a minha preocupação, volto a reafirmar, não estou questionando o trabalho de vocês, eu sei que vocês estão trabalhando para fazer um excelente trabalho de equilíbrio das contas públicas, os servidores também, de forma alguma estou questionando a competência do servidor público municipal, que a gente sabe que são pessoas dedicadas, agora a população precisa enfrentar este debate. Muito obrigado pela atenção e me perdoe se eu não me expressei de forma galanteadora.

**O senhor Daniel Pelisson (Secretário Municipal de Planejamento)** - Rogério, eu vou me permitir responder algumas questões que são do meu conhecimento, aquelas que eu não tenho plena certeza, talvez tenha que ser respondido depois para você. Bom, com relação a salários, a questão do salário da Câmara, desse problema todo, é um problema que esta Câmara está enfrentando agora, mas ele vem num caudal [sic] aí de não sei quanto tempo, e não sei se o Mário gostaria de falar sobre isso depois. Fala, não é? Então a questão da Câmara fica por conta do Presidente da Mesa. Bom, o coeficiente salarial nosso, da Prefeitura... você estava aqui desde o início da audiência? Então. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite até 54% da receita líquida, nós estamos atingindo um percentual de 46,6%. Eu não vou falar que este percentual é baixo, eu gostaria que fosse bem menor, para sobrar recursos para outras coisas. Mas as contratações elas se deram neste mandato mais no setor de educação e saúde. Só para te dar um dado, no ano de 1975, eu tenho um estudo da Secretaria de Planejamento, no ano de 1975 nós gastávamos com educação e com saúde vinte por cento do orçamento. No ano de 2013 nós gastamos com educação e com saúde sessenta por cento do orçamento. Isso te dá uma linha de raciocínio o que aconteceu. O Governo Central foi empurrando... Eu fui Prefeito de Ibiporã. Quando eu fui Prefeito, na década de



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

4

80 nós atendíamos educação só na zona rural, assim também em Londrina. Os postos de saúde, era o Estado que mantinha. E ao passar o tempo, depois da Constituição de 88, essa carga de despesa, de manutenção... veio o ensino fundamental, ficou tudo por conta do município e a saúde que nós somos obrigados pela constituição a despende quinze por cento, Londrina está despendendo em saúde, trinta por cento, que somados a mais 25% da educação e com a assistência social, nós chegamos a sessenta por cento. Este é o perfil da nossa despesa hoje. Na questão de salário nós ainda estamos razoavelmente equilibrados, gostaria que fosse menos, mas não se pode diminuir a folha de pagamento, por lei não é permitido, você só pode dispensar ou fazer corte através de processo administrativo. A questão das seis horas de trabalho, é um problema mesmo. Eu não sei se agrado o servidor público quando eu falo isso ou não, mas este foi um erro crasso que cometeram contra o Município de Londrina, reduzir de oito para seis horas. E você tem razão quando você fala que o trabalhador comum trabalha oito horas. Só que para reverter este processo agora... Eu sinto falta das oito horas de trabalho. O que tem acontecido? Nós temos gasto um pouco mais com horas extras. Só que para reverter este processo... fosse só mandar um projeto de lei para a Câmara, que seria altamente polêmico, nós teríamos que enfrentar uma guerra aí... mas isso não é o caso, se tivesse que enfrentar, enfrentaríamos, o problema é que judicialmente... Teve um prefeito que tentou elevar para sete, choveu de processo e foi rejeitada a proposta de sete horas. Isso é, mais ou menos está dentro daquela premissa de direitos adquiridos. Como é que você reverte um processo destes? É dando mais 33% pelas duas horas que o trabalhador não está trabalhando, para recuperá-lo nas oito horas. Esta é a realidade, Peres, que a gente enfrenta. Não é falta de vontade, mas são questões legais, impeditivas, que a gente faz isso. Eu sinto também isso, o que você sente como londrinense eu também sinto. Só que para você caminhar nesse sentido, tem que superar questões jurídicas, porque isso aí já foi colocado na administração lá atrás, você tem ideia João? Então, eu nem sei. Enfim, já está uma coisa meio cristalizada. O coeficiente, nós estamos dentro do coeficiente legal, gostaria que fosse menos, mas está dentro do legal. As receitas da CMTU em grande parte realmente é o Município que repassa, uma parte ela gera de receitas próprias, que são advindas de trabalhos que a CMTU faz, no trânsito, ela tem administração, ela recebe da empresa de ônibus, uma taxa para fiscalizar. Mas o básico mesmo vai através do FUL (Fundo de Urbanismo de Londrina), que nós repassamos o grosso da receita da CMTU é



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

5

através de aporte da Prefeitura. Desconheço este aumento de salário que foi dado lá. Eu, com sinceridade, vi que houve um aumento em torno de sete por cento, mas esses trinta e poucos por cento eu fico te devendo, mas depois eu pego seu telefone. Bom, a administração da CMTU ela é uma empresa mista, a nossa ingerência nela, na questão de administração interna, é pouca a ingerência nossa, mas as restrições podem ser feitas de forma... nós também podemos entrar lá e fazer uma auditoria... isso não quer dizer que... e o novo Presidente que assumiu também... Nós temos que analisar isso com carinho. Fico te devendo esta questão da CMTU, mas nós vamos confirmar. O Presidente da CMTU vai te dar esta resposta por telefone ou pessoalmente, não vai ficar sem resposta, ou para confirmar e para explicar porque foi dado este tanto, ou para dizer que não foi. Bom, quanto à questão de salários de R\$ 40.000,00 na Prefeitura, isso não é verdade. O limite salarial é o do Prefeito, o Prefeito ganha R\$ 13.000,00, pode nominalmente... tem gente ganhando mais, porque ao longo do tempo tem os chamados penduricalhos. Você é servidor público? Também sou, então eu tinha o holerite que tinha uns dez e consegue uma conquista aqui, vai colocando e na verdade cresce realmente, mas o limite aqui é o do Prefeito, que sequer ele tem dado a inflação, para não aumentar o salário dele, que é uma outra coisa que está sendo questionada, e muito. Quem está no teto do Prefeito faz dois anos ou... que não tem aumento, porque o Prefeito não deu aumento para o salário dele, não concedeu. Até porque pelos contingenciamentos que nós temos, de ordem financeira, você dá este aumento para o Prefeito, ele tem um impacto em quem está no teto. Você sabe o que é isso, não é? A CAAPSML (Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina), por último, é um problema sério, se eu falar que não, eu estou faltando com a verdade. O que nós temos que caminhar? Este aporte de R\$ 100 milhões que foi falado, ele não vai se configurar. Por quê? Porque não é todo mundo que está em idade de aposentadoria que acaba aposentando, por isso ele acaba não tendo este impacto. Mas a solução para a CAAPSML eu não vejo, com toda a sinceridade e com toda humildade que meu conhecimento impõe, eu não vejo solução via orçamento, que não tem. Com o é que vai fazer um aporte, que seja de R\$ 50 milhões, não tem jeito. A solução eu vejo por outros caminhos, a CAAPSML tem patrimônio, a Prefeitura pode... isso é uma ideia, repassar patrimônios, investir em construção, e fazer PPTs para que a CAAPSML tenha renda, não só orçamentária, renda como esses fundos de pensões fazem mesmo, eles investem... se bem que investir hoje no mercado imobiliário é um baita de um



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014

6

risco. Mas você pode investir através de PPPs, fazer obras, prédios, a Prefeitura passar patrimônio, que é a única forma que eu vejo. Posso ser contestado nessa ideia, mas é a minha visão. Só queria falar sobre o IPTU, você quer falar? Não, na verdade mais cinco minutos, porque esta é a bomba do momento. O que acontece com Londrina? Eu estou fazendo um estudo na Secretaria de Planejamento, estou comparando Londrina com quinze municípios do mesmo porte de Londrina, está praticamente pronto, eu só preciso da autorização do Prefeito para divulgar isso. A gente vê claramente nesses quinze municípios, tem Sorocaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, Uberlândia, Niterói, Vila Velha, Mauá, Joinville, Caxias do Sul, enfim, são municípios aqui do Centro-Sul, para cá... Sudeste-Sul, o que a gente percebe? Londrina está em um a armadilha tributária, ela é refém de uma situação tributária, que situação é essa? A nossa arrecadação de ICMS é baixa. Aí você pega os municípios que tem a arrecadação de ICMS baixa, o IPTU tem que compensar. Por quê? Eu te falei que nós estamos gastando 68% do nosso orçamento com saúde e educação, e o povo vive reclamando da educação... da educação nem tanto, mas da saúde a imprensa bate direto, e olha que nós contratamos médicos. Enfim, esses municípios que tem este perfil de baixa arrecadação de ICMS, por exemplo, Florianópolis, por incrível que pareça, arrecada pouco ICMS, mais ou menos na nossa linha, o IPTU dela é mais alto. E nesses quinze, nós estamos no meio, nem somos o mais alto, nem somos... não estamos no grupo dos mais baixos nem dos mais altos. E diga-se de passagem, este levantamento foi de 2012, se fizéssemos em 2013 nós iríamos cair mais, porque todo Prefeito, na sua grande maioria, aumenta IPTU no primeiro ano, que é o chamado remédio amargo que Maquiavel fala, dá de uma vez porque... não vai dosar. Enfim, se nós compararmos hoje o nosso IPTU no ano de 2013 nós vamos cair mais ainda. Enfim, a questão é que desde 2001 também não se faz a reavaliação da planta de valores, e em 2010 em especial teve um *boom* imobiliário enorme. Nós temos dois caminhos, na minha visão... É ruim aumentar IPTU? Nenhum Prefeito gosta, tanto que aquele que tem ICMS alto deixa o IPTU lá embaixo, ele não se preocupa com o IPTU, porque é desgaste político, é desgaste administrativo, é remédio amargo, é ruim, mas nós chegamos a um impasse em Londrina: ou nós oxigenamos um pouco mais as finanças, nem é para fazer grandes investimentos, porque os investimentos nós temos que estar fazendo via investimento, é para você melhorar a prestação de serviços públicos. Está bom, se às vezes tem um dinheiro indo para o ralo, é bom a gente saber, e eu agradeço o munícipe que



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014

7

me trazer esta informação. Como você falou agora, a gente vai avaliar, e alguém tem que responder isso de forma convincente, para que não se transforme isso em um privilégio que seja um ralo de dinheiro mesmo. Mas a questão do IPTU ela passa... ou nós oxigenamos a Prefeitura com um pouco de recurso ou nós vamos ter os serviços públicos, como limpeza pública, coleta, melhoria dos fundos de vale, recapeamento asfáltico, tudo aquilo que a gente enxerga, recuperação de áreas degradadas, que nós temos um fundo de vale aí... ontem eu fiquei pasmo, eu estava olhando um projeto, que nós estamos buscando um recurso... até eu e o Paulo vamos para Brasília segunda-feira negociar um recurso do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que é um projeto antigo de recuperação de áreas degradadas. Fiquei pasmo de saber quantas áreas degradadas em margem de ribeirão e fundo de vale que nós temos. Degradada de que forma? Invasão de moradias, o pessoal não tinha onde morar e invadiu, está lá morando já há algum tempo e criando um problema ambiental seriíssimo. Mas enfim, se a lei não passar, o que eu não acredito, eu acredito mais na visão dos vereadores, numa visão de uma Londrina mais bonita. E você pode ter certeza Peres, que nós aqui procuramos de todas as formas conter gastos. As secretarias sabem qual é a nossa briga. Agora, salário nós não temos como cortar, o salário está posto, o que precisa ter cuidado é não dar aumentos salariais que comprometam as nossas finanças, porque senão nós vamos ficar que nem cachorro correndo atrás do rabo, nós só gastamos em custeio e não conseguimos gastar em melhoria do serviço público. Enfim, esta é a minha visão, você está do lado de lá, eu também sou cidadão, também vou pagar imposto, e é duro, e eu moro em um lugar que vai pegar pesado, eu moro em um residencial aqui na Zona Sul. Mas não é o que o pessoal está falando não, de aumentar mil por cento, isso é balela, não é isso. O aumento médio no IPTU é de 43%. Médio, isso quer dizer o seguinte: tem gente que vai ter aumento pequenininho, tem gente que não vai ter, tem gente que vai ter até quarenta, e tem situações em especial, terrenos vagos que tiveram uma grande valorização, e dependendo da região onde o *boom* imobiliário explodiu mesmo, esses vão ter um impacto maior. Daí uma lei paralela que está vindo aí, uma lei progressiva para terrenos vagos, essa vai ter que ser olhada com bastante carinho, talvez com alguns abrandamentos para terreno que o sujeito só tem aquele, para construir a sua casinha, mas isso a Câmara tem toda a prerrogativa para discutir. Enfim, desculpa se eu me alonguei, mas é um assunto extremamente polêmico, difícil de em poucos minutos você... Teve um





# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

8

cidadão esses dias que escreveu para a Folha de Londrina, uma carta, não sei se você viu: Auditoria já! Você leu lá? Que ele em cinco linhas ele constrói um cenário tão ruim, que para a gente desconstruir este cenário ruim, nós temos que fazer um artigo desse tamanho. Que ele diz o seguinte: que em 2008 a gente arrecadava perto de R\$ 700 bilhões, que agora arrecada tanto, e que não sabe para onde o dinheiro está indo, que é um ralo, que é isso, que é aquilo. Aí ele argumenta, para não pagar IPTU. É lógico que isso aí cala com muito mais força em quem vai pagar IPTU do que uma carta defendendo a cobrança do IPTU. Porque é assim, nós vamos no posto de gasolina, mandamos encher o tanque, pagamos cem paus de gasolina, não abrimos a boca, saímos felizes porque nós queremos gasolina para andar com o carro, mas lá você paga quarenta por cento de imposto e não fala nada. Por quê? Porque é o chamado imposto indireto, que está embutido no produto e você tem a necessidade de consumir o produto e se sujeita mansamente, IPTU e Imposto de Renda, não, este dói. Dói porque você vai tirar dinheiro do bolso para pagar imposto. Mas não fosse assim, como é que nós teríamos vida em sociedade também. Vocês viram aí a pessoa que fez a explicação sobre assistência social, problema que explode no meio da juventude hoje, a gente fica meio aterrorizado. Claro que nós não temos força para resolver sozinho, isso tem que ser uma solução a muitas mãos, e eu vejo o ensino integral como a melhor ferramenta e a melhor saída, mas isso a gente vai alcançar... a gente está com dezessete escolas, nós temos cento e tantas escolas. Peres, desculpa se eu me alonguei, se não te satisfiz, mas, enfim você levantou algumas questões aqui que são pertinentes e que são da gente parar e verificar a veracidade disso ai.

**O vereador Mário Takahashi (Presidente da Comissão de Finanças)** – Rogério, em relação ao questionamento feito com relação à Câmara de Vereadores, inclusive a questão salarial, acredito que da mesma forma que existam valores acima do limite do Prefeito, são referentes a legislações que estão aí vigentes na Casa. Esta Legislatura fez um trabalho de revisão nestas legislações, os valores apresentados na mídia, num trabalho que inclusive foi apresentado para os vereadores ontem, eles impactam realmente a progressão de aumento, só que na maioria dos casos estão amparados pela lei vigente. Então, os funcionários tem a progressão por conhecimento ou por merecimento devidamente amparado por uma legislação que está em vigência. Existiu a polêmica referente à apresentação de diplomas correlatos ou não à função do



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

9

servidor, isso está sendo modificado agora nesta Legislatura, para que a gente possa daqui para frente ter esta adequação nesta legislação. Mas a maioria absoluta dos projetos que a gente vê de pedidos de progressão, de aumento, estão dentro da lei, estão adequados à lei, aqueles casos apresentados, eu não tive acesso ainda ao relatório completo, mas são algumas questões pontuais, a maioria tem uma progressão normal de aumento salarial, mas estas distorções que refletem mais na questão do que era correlato ou não, está sendo debatido, inclusive com a participação dos servidores da Casa, que entendem também esta necessidade de mudança nesta legislação, e acredito que depois dessa reforma legislativa nesse ponto específico, nós teremos um novo tipo de crescimento. Isso falando só da questão da ordem legal, sem me aprofundar nas questões mais pontuais, mais técnicas, que será emitido pelo Presidente da Casa, Rony Alves, após a apresentação do seu relatório. Obrigado. Mais alguém gostaria de falar?

**O senhor Paulo Bento (Secretário Municipal de Fazenda)** - Só para ajudar aqui, dos imóveis vazios, desses elefantes brancos que começam as construções que ficam paralisadas, esses imóveis... houve uma valorização muito grande dos imóveis, dos terrenos, então estes vão subir. Desses daí vão entrar na tabela progressiva, que são aqueles que estão explorando terrenos no centro da cidade, ficam segurando o terreno no centro da cidade e a cidade crescendo a quinze quilômetros, vinte quilômetros, criando uma dificuldade e custo para o Município, em transportar professores, buscando alunos, hospitais, ambulâncias levando e trazendo pessoas que necessitam desse transporte, então estes terrenos realmente vão sofrer um aumento pela sua grande valorização, e a tabela progressiva, que será regulamentada, que também poderá pegar até oito por cento. Isso é realmente para forçar que estas pessoas construam e tragam a construção de imóveis mais para o centro, e para desenvolvimento da cidade. Aproveitando para alertar também: quem tem pequenos imóveis, quem compra um terreno para construir a sua casa, aquele que compra um imóvel em sessenta, oitenta meses, passa dos cinco anos, ele não será penalizado, nós estamos estudando uma emenda aqui com a Câmara para beneficiar estes proprietários de pequenos imóveis, aqueles que estão adquirindo para investimento, para amanhã ou depois ter sua casa própria, então estes serão preservados. Então, Rogério, você que está cuidando de um grupo, alerta que quem tem um pequeno imóvel, para a sua construção, mesmo que ele seja financiado em oitenta meses... em oitenta



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014**

10

meses, ele vai primeiro conseguir pagar as parcelas do terreno para depois construir a sua casa. Então, nós estamos preocupados com isso e nós não vamos prejudicar este pequeno proprietário de imóvel.

**O vereador Mário Takahashi (Presidente da Comissão de Finanças) –** Bom, não havendo mais nenhum questionamento, em nome da Câmara Municipal de Londrina, agradecemos a presença dos vereadores e vereadoras, secretários municipais, comunidade, imprensa, desejamos um bom dia a todos e declaramos encerrada a presente audiência pública. Obrigado.

  
**Mário Takahashi**

**Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**